

51% dos profissionais de Medicina têm, durante a pandemia de Covid-19, realizado atendimento a distância. Entre esse grupo, a maioria está optando pela teleconsulta – modalidade em que o médico entra em contato direto com o paciente, sem a necessidade de outro profissional para intermediação. 38% deles, entretanto, só a realizam com os pacientes que já mantinham. Por outro lado, 19,7% dos médicos admitem também fazê-la com novos pacientes, enquanto 2,8% optam por esse modelo apenas para pacientes com suspeita ou confirmação de Covid-19.

Os números são de pesquisa realizada pela Associação Paulista de Medicina (APM), de 9 a 17 de abril, com 2.312 profissionais de todo o País, que responderam espontaneamente questionário on-line, via plataforma Survey Monkey. Os dados mostraram, ainda neste campo, que entre os médicos que realizam atendimento a distância, 34,7% optam apenas pela teleorientação, 2,8% pelo telemonitoramento e 2% pela teleinterconsulta.

CONFIRA A ÍNTEGRA DOS RESULTADOS DA PESQUISA [NESTE LINK](#).

Essas são as três modalidades reconhecidas pelo [Conselho Federal de Medicina, em ofício publicado em março](#), de uso da Telemedicina. A teleorientação serve para que os profissionais de Medicina realizem a distância o encaminhamento de pacientes isolados; o telemonitoramento é o ato realizado sob orientação e supervisão médica para monitorar parâmetros de saúde e/ou doença; e a teleinterconsulta serve para que haja troca de informações e opiniões entre médicos para auxílio diagnóstico ou terapêutico.

Ferramentas

Questionados sobre quais recursos de comunicação a distância utilizavam para prestar atendimento, os respondentes apontaram que o WhatsApp é o principal deles: é utilizado por 69% dos médicos. Telefone e e-mail - com índices de uso em 35,3% e 18,3%, respectivamente - também ocuparam posição de destaque na listagem. Recursos de videochamadas como Skype (10,4%) e Zoom (9,9%) também se mostraram úteis aos médicos.

Alguns poucos profissionais utilizam o Microsoft Teams (2,4%) e SMS (4,6%) para se comunicar com os pacientes. Além destes softwares e meios de comunicação, 20,8% dos médicos apontaram utilizar outros recursos, entre os quais se destacavam aplicativos como FaceTime e Hangouts ou iniciativas próprias das operadoras de planos de saúde.

Conforme avaliação de Antonio Carlos Endrigo, diretor de Tecnologia da Informação da APM, é necessário - nesses ambientes - tomar cuidado com questões de segurança da informação. Ele aponta que existem hospitais, planos de saúde e plataformas que estão 100% adequadas aos requisitos de segurança estabelecidos, mas que poucos médicos têm acesso.

No universo total da base pesquisada, somente 7,5% dos médicos afirmaram realizar atendimento em Telemedicina por meio de plataforma de alguma empresa ou operadora de planos de saúde. E as companhias mais citadas entre esta população foram Amil, Conexa, Doctoralia, Intermédica/NotreDame, Prevent Senior, SulAmérica e Unimed.

É pequena também a faixa de médicos que fazem uso de prescrições eletrônicas - em que o paciente pode obter o medicamento diretamente na farmácia, sem uso de papel. Apenas 15%. É significativo, ainda, que apenas um a cada quatro respondentes possuam certificado digital, obrigatório para as prescrições eletrônicas.

A [Portaria 467/2020, do Ministério da Saúde](#), que dispõe sobre as ações de Telemedicina durante a pandemia, apontam que a emissão de receitas e atestados médicos a distância será válida em meio eletrônico apenas com o uso de assinatura eletrônica, por meio de certificados e chaves pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A necessidade foi reforçada pela Presidência da República que, ao sancionar a [Lei 13.989/2020](#), que também libera a prática da Telemedicina durante a pandemia, vetou a possibilidade de receitas médicas virtuais que possuíssem apenas assinatura digitalizada (quando o médico imprime um documento, assina e digitaliza).

Capacitação

Quando questionados se fizeram algum tratamento específico para utilizar a Telemedicina, apenas 10% dos médicos pesquisados responderam positivamente. A APM, inclusive, disponibilizou uma capacitação básica em Telemedicina para os médicos, com duração de 10 horas, de forma on-line.

A Associação também buscou entender a opinião dos profissionais da Medicina quanto à Portaria 639/2020, que instituiu a ação estratégica “O Brasil Conta Comigo”. A iniciativa, publicada pelo Ministério da Saúde em abril, pretende capacitar, por meio de cursos a distância, profissionais da Saúde nos protocolos clínicos oficiais de enfrentamento à pandemia de coronavírus.

Resumidamente, 55% dos respondentes aprovam. Dentro deste número, estão considerados os médicos que responderam “concordar” (42%) e “concordar totalmente” (13%) com a portaria. Por outro lado, 4% dos respondentes optaram por “discordar totalmente”, enquanto 10% por “discordar”. 12% dos profissionais mantêm neutralidade sobre o tema e 19% não conhecem o conteúdo da proposta.

A maioria dos médicos, no entanto, tem posição parecida com a da APM, que em conjunto com a Academia de Medicina de São Paulo, publicou nota em que qualificou a portaria como uma oportuna iniciativa do Ministério da Saúde no combate à Covid-19. A entidade entende que é

um bom caminho aquele que “nos leva à qualificação da atenção à saúde, no momento, centrada em prioridades de saúde e solução de um grave problema emergencial”.

Nesse sentido, 73% dos médicos que responderam a pesquisa acreditam que, passada a crise atual, deveria haver um programa regular de qualificação e recertificação dos médicos.

Fonte: APM, em 04.05.2020